



Informação n.º 100

02/08/2013

Encomendas à Construção caem para mínimo histórico

A carteira de encomendas das empresas de construção manteve-se em queda ao longo dos meses já decorridos de 2013, atingindo os 5,3 meses de produção assegurada em maio último, de acordo com os empresários do setor.

De acordo com a [análise de conjuntura](#) da FEPICOP-Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas relativa ao mês de maio, tal valor é mesmo o mínimo de toda a série do inquérito mensal à atividade promovido junto dos empresários da construção e cujo início remonta a janeiro de 1989.

A redução continuada da procura tem sido uma das responsáveis pela grave crise vivida pelo setor, a qual se tem traduzido num avolumar das insolvências de empresas de construção (que este ano e até final de julho representaram 20% do total de insolvências ocorridas no país) e do desemprego com origem nesta atividade (em cada cinco postos de trabalho destruídos no último ano, um era do setor da construção).

Até final de maio, a área licenciada para construção de habitação reduziu-se 38%, em termos homólogos, com o número de fogos licenciados a cair 42% no mesmo período. Por seu turno, a área autorizada para construção de edifícios não residenciais diminuiu 18%, quebra esta atenuada pelo crescimento verificado nas áreas destinadas à agricultura e pescas e à indústria (evolução homóloga de +27%, em termos agregados).

Na mesma linha e no primeiro semestre do ano, o investimento público em construção tem vindo a reduzir-se de forma expressiva, registando quebras de 12% no valor dos concursos abertos e de 24% no montante de obras adjudicadas (após reduções de 44% e de 52%, respetivamente, em 2012).

A este enquadramento tão desfavorável acrescem as dificuldades relacionadas com o financiamento, quer às empresas (redução de 14%, desde janeiro e até ao final de maio), quer às famílias - apenas 792 milhões de euros concedidos para aquisição de habitação, ao longo dos primeiros cinco meses do ano, valor este inferior em 50 milhões de euros ao concedido por mês, em média, em 2010.